



RELA- TÓRIO ANUAL

2018

SUMÁRIO

Números.....	05
Responsabilidade Social.....	11
Eventos.....	14
Patrocínios.....	21
Orçamento.....	23
Demonstrações Contábeis.....	25
Relatório da Administração.....	31
Notas Explicativas.....	34
Parecer do Conselho Fiscal.....	54
Auditoria Externa.....	56



1-INTRODUÇÃO

Novas histórias surgem a cada dia. Cada uma delas tem sua importância vital e emocional. Ser fortes nesses momentos é essencial. Acreditar que é possível nos impulsiona a construções mais sólidas e organizadas.

Não estamos parados no tempo. Cada amanhecer representa um desafio, com disposição para trabalho e busca incessante por competência e realizações.

Nem sempre o cenário é promissor, pois não dependemos apenas de nossos esforços e somos reféns do mercado e não podemos estar alheios a ele. Claro que somos uma instituição cooperativista, que não

visa ao lucro, e por isso, somos capazes de lhe oferecer melhores condições sociais e econômicas.

Mas não estamos sozinhos, e há necessidade de muito esforço e ações para que continuemos promovendo tranquilidade ao nosso negócio.

Ao entardecer, fazemos a análise de dever cumprido diário, sabendo que há muito mais a realizar. Estar pronto para uma nova jornada é dever consciente nosso.

Você, cooperado, é nossa força motriz. Continuamos a crescer de mãos dadas. Claro que a luta cotidiana nos mostra que, com dedicação e força de vontade, alcançamos vitórias.

Ao anoitecer, a reflexão é feita em casa, após transformar problemas ou algumas dificuldades em perspectivas promissoras. Superar é sempre gratificante. É deslocar-se para um ponto além de onde você se encontra. É ter ânimo. É saber que você é capaz.

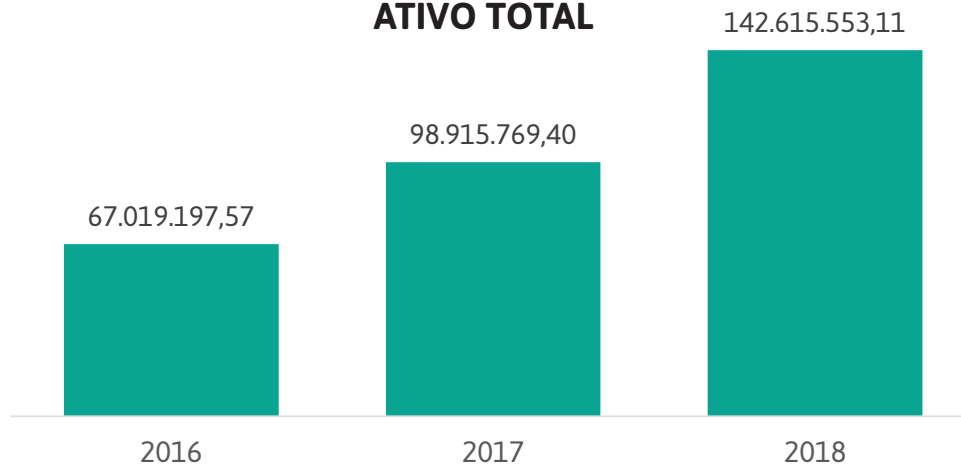
São lições que devemos aprender. São lições que devemos praticar.

Vera Lúcia Chagas de Almeida,
Presidente do Conselho de
Administração

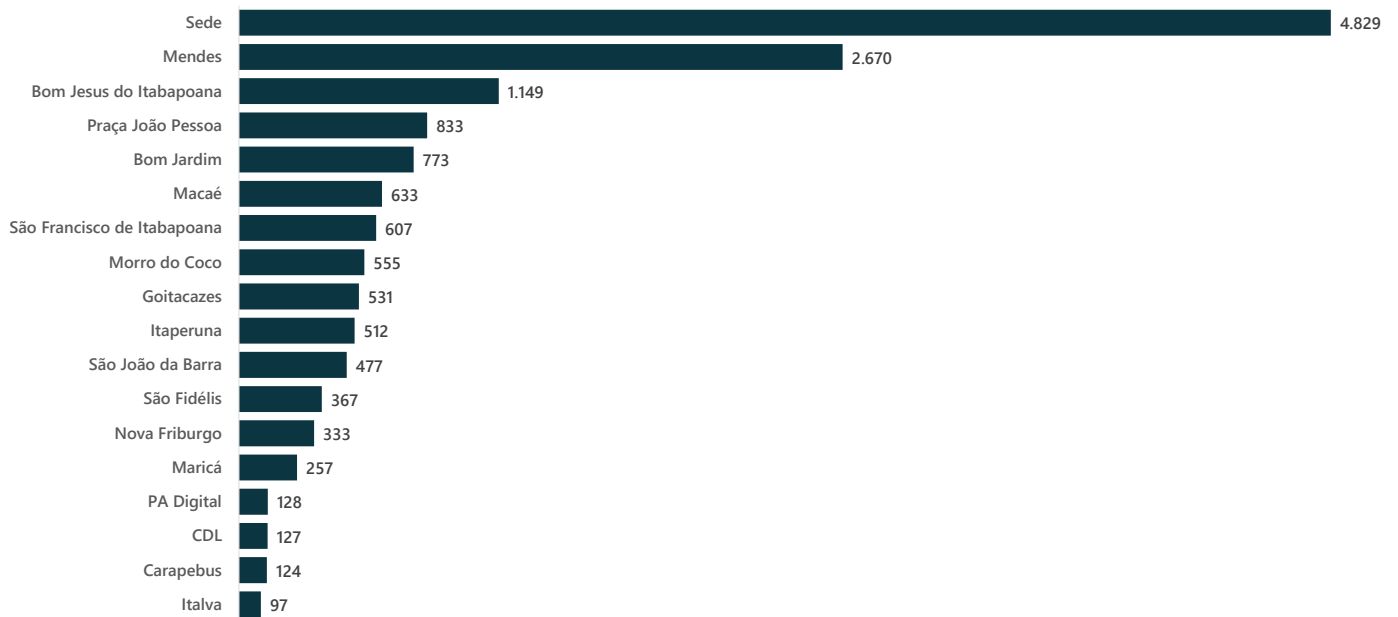
2-NÚMEROS



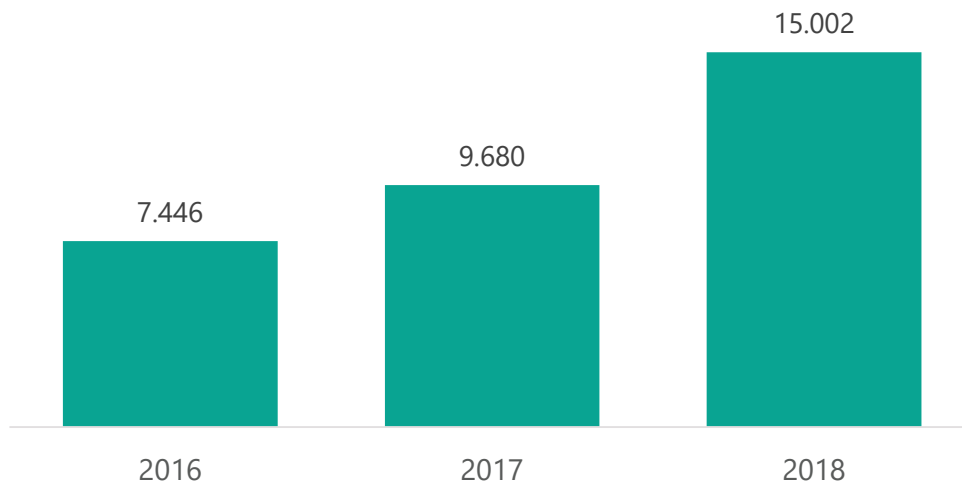
ATIVO TOTAL



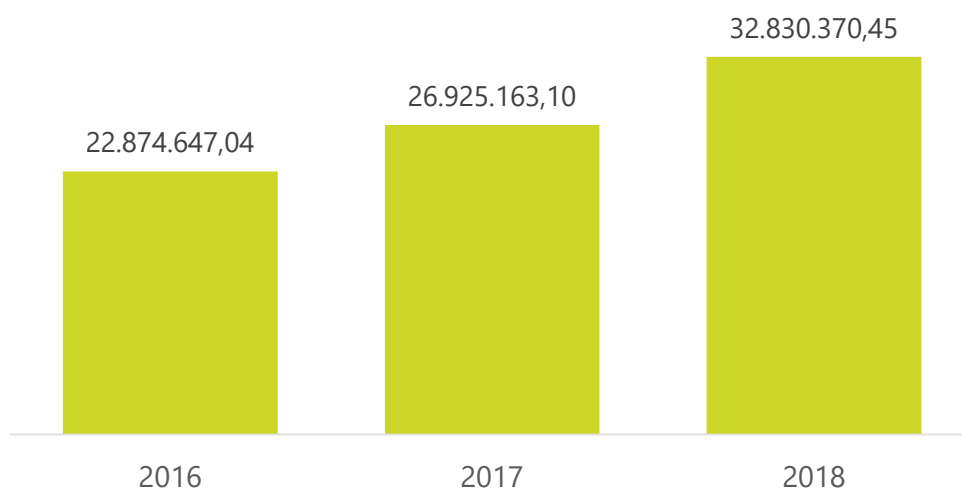
ASSOCIADOS



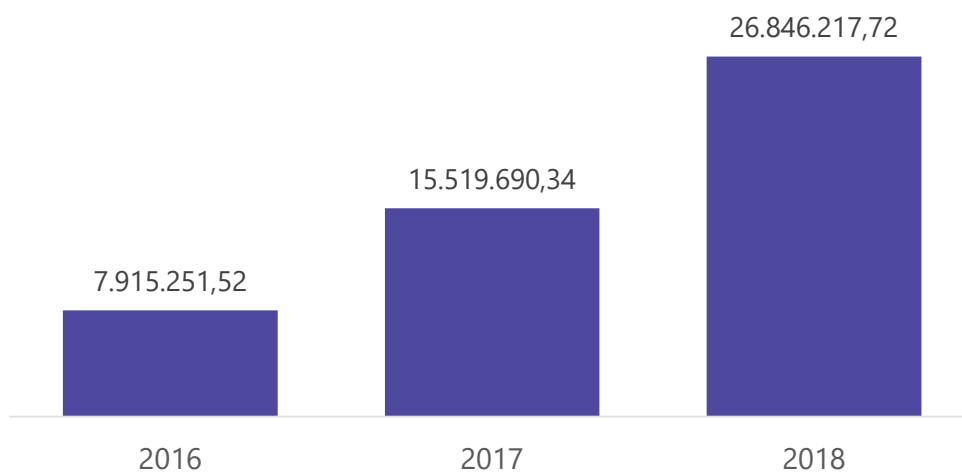
ASSOCIADOS



PATRIMÔNIO LÍQUIDO



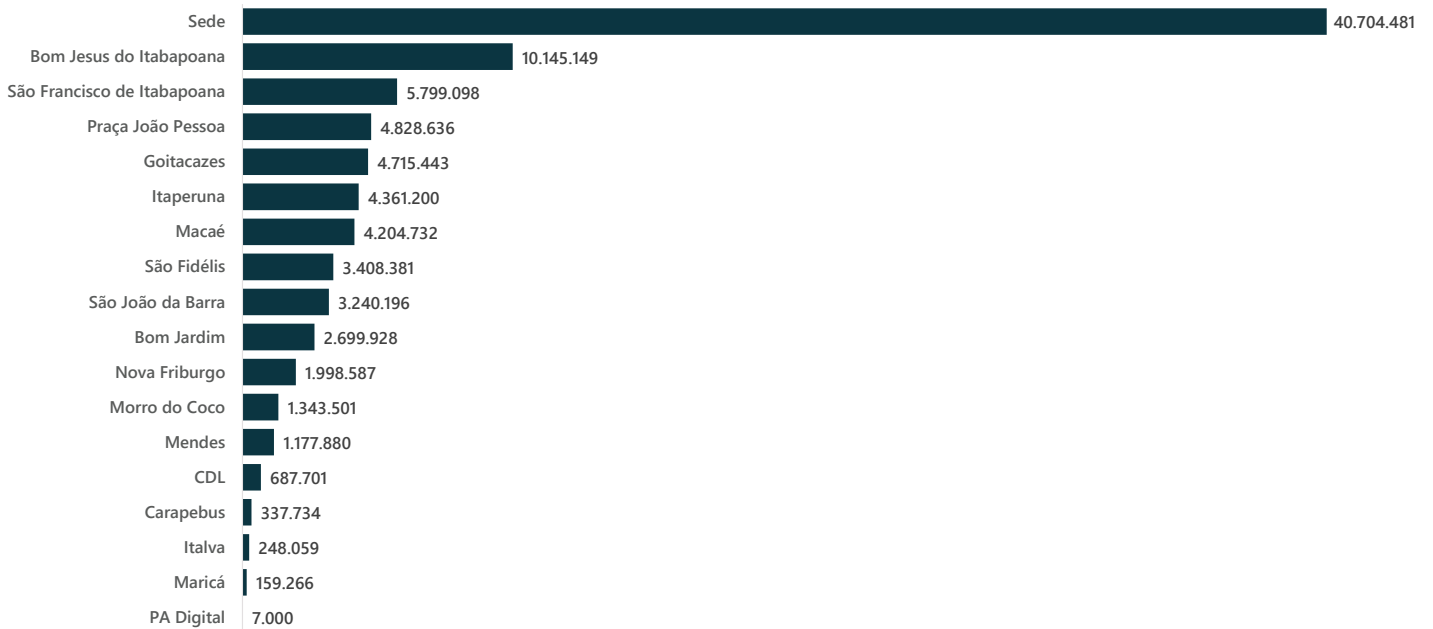
DEPÓSITOS A VISTA



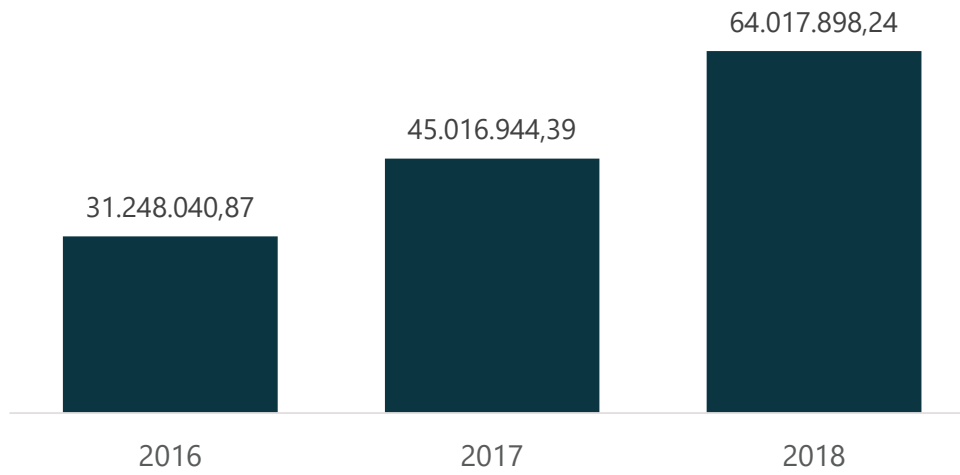
OPERAÇÕES DE CRÉDITO



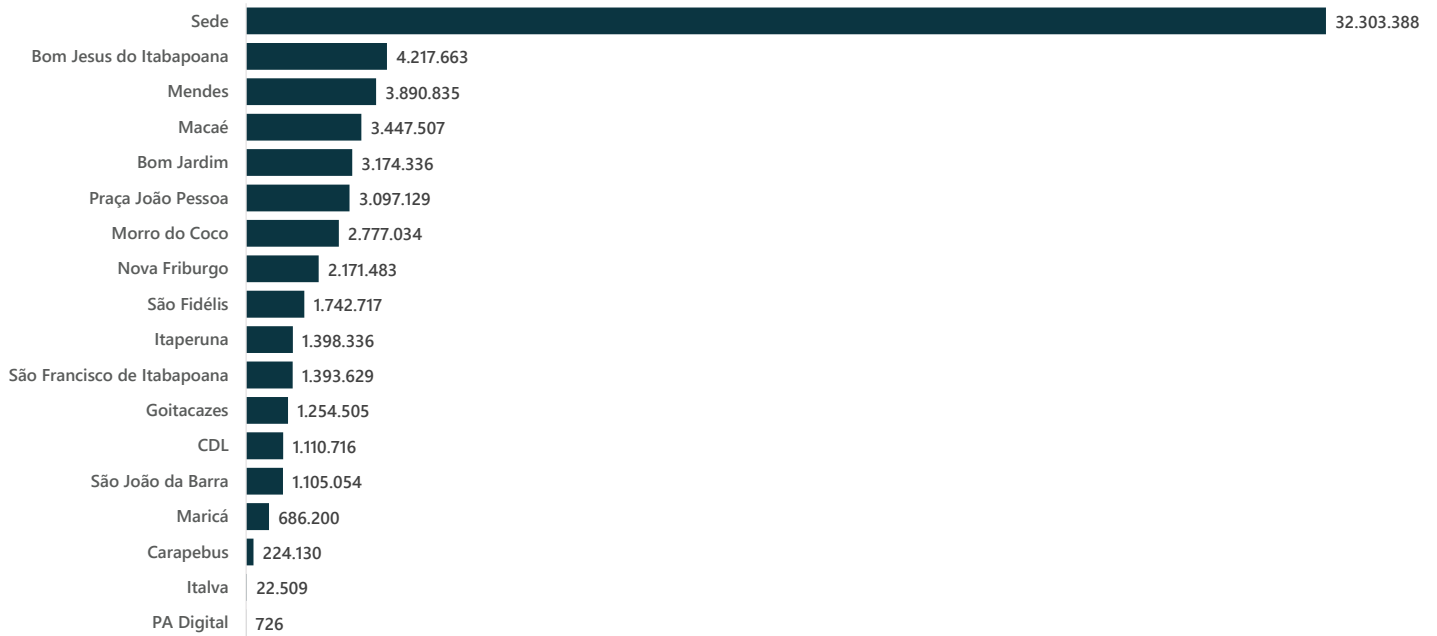
OPERAÇÕES DE CRÉDITO



DEPÓSITOS A PRAZO



DEPÓSITOS A PRAZO



3-RESPONSABILIDADE SOCIAL



Um dos assuntos mais em voga na atualidade no meio corporativo é a Responsabilidade Social.

A sua definição é abrangente. Porém, o planejamento e o direcionamento de ações diversas das empresas em prol do bem comum podem resumir o objetivo central do termo que a cada ano tem ampliada a sua margem de atuação no país.

O Sicoob Fluminense vem ano após ano intensificando suas ações neste campo – uma cooperativa em sintonia com a sociedade e consciente da importância da solidariedade e mobilização para que obstáculos comuns possam vir a ser superados.

Com base nesses princípios e no bom trabalho que vem sendo prestado junto às comunidades onde atua, o Sicoob Fluminense teve aprovada na Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, no dia 13 de junho, por unanimidade, a Moção de Aplauso pela passagem dos 20 anos de fundação, proposta pelo vereador Igor Pereira.

Em 2018 a cooperativa desenvolveu com sucesso mais uma Campanha do Agasalho. Com postos de arrecadação em todas as suas unidades no estado do Rio de Janeiro, e nos parceiros Universidade Cândido Mendes; Escola M. do Saber; Colégio Pró-Uni e Escola Interativa, e sob o slogan “Quem doa, coopera”, a campanha bateu o recorde de doações, que foram destinadas a instituições de caridade.

“NOVOS” AFILHADOS

Como vem fazendo em todas as inaugurações de novas agências, a diretoria do Sicoob Fluminense anunciou em 2018 o apoio direto a três novos “afilhados”, através de grupos ligados à arte e educação.

A primeira indicação, anunciada no dia seis de abril, quando foi inaugurada oficialmente a agência de Carapebus, foi justamente a da Banda Municipal de Carapebus – BAMUCA, banda de fanfarra com cerca de 60 integrantes, tendo à frente o maestro Anderson Pimentel Ribeiro.

Já no dia 16 de agosto, quando da inauguração da agência em Maricá, houve a apresentação do coral infantil da escola municipal Antônio Rufino de Souza Filho, o segundo beneficiado com o projeto da cooperativa.

E no dia 24 de outubro, por ocasião da inauguração da agência do município de Italva, foi anunciada a última indicação de apoio do ano, para a Banda Municipal de Italva.

MARÇO



No dia 16 representantes de cooperativas, entidades assistenciais, escolas, prefeituras e de diversos segmentos sociais participaram do lançamento oficial do Dia de Cooperar 2018 / regiões Norte e Noroeste Fluminense, no auditório do Sicoob Fluminense, em Campos dos Goytacazes, pelo Sescop/RJ.



JULHO

O Sicoob Fluminense organizou no dia 26, na Associação de Proteção e Orientação ao Excepcional de Campos dos Goytacazes, o Dia C - Dia de Cooperar, em nível local.

O Dia de Cooperar (Dia C) é uma iniciativa da Organização das Cooperativas Brasileiras, e consiste na promoção e estímulo à realização de ações voluntárias diversificadas e simultâneas nos estados onde a campanha ocorre.

As ações são definidas e executadas pelas próprias cooperativas e contam com o apoio do Sistema OCB no estado, na capacitação, divulgação e valorização das práticas, por meio de orientações contidas em cartilhas, manuais e outros documentos produzidos e distribuídos aos participantes, reforçados por uma ampla campanha de comunicação, com planos de mídia, recursos de informática e peças publicitárias. Com supervisão da assistente social Maria Clara Oliveira, foram desenvolvidas na APOE diversas atividades inclusivas, que mobilizaram alunos e professores, assim como colaboradores da cooperativa.

AGOSTO



Anunciado no dia 20 que alunos de três escolas da região de abrangência do Sicoob Fluminense, do 3.º ano do ensino fundamental, ganharam todos os prêmios (primeiro, segundo e terceiro lugares) da categoria desenho do Concurso Cultural do Instituto Sicoob. Foram Mariana Almeida (E. M. José Gomes Pereira, de São Francisco do Itabapoana); Maria Paes Teixeira (Escola Pró-Uni, de Campos dos Goytacazes) e Bernardo Tuche (Escola Pró-Uni, de Campos dos Goytacazes).

O Instituto Sicoob realiza o Concurso Cultural com a finalidade de difundir o conceito de cooperação para crianças do Ensino Fundamental I de Escolas Públicas e Privadas, motivando-as para tornarem-se cidadãos mais conscientes, e ainda com o objetivo de envolver as escolas, alunos e comunidade,

fortalecendo a cultura da cooperação. Na região a coordenação é do Sicoob Fluminense.

SETEMBRO

Revelado no dia dez que o aluno Bernardo Tuche, do Colégio Pró-Uni, de Campos dos Goytacazes, foi o grande vencedor da etapa nacional do Concurso Cultural 2018 do Instituto Sicoob, com o tema “Cooperar para incluir: um por todos e todos por um”. Bernardo Tuche é aluno da professora Maria Ribeiro, e foi o vencedor na categoria desenho. Ele recebeu um notebook como prêmio.

OUTUBRO



O Sicoob Fluminense conseguiu um feito no dia 30, em Brasília – conquistou o 3.º lugar nacional do Prêmio SomosCoop - Melhores do ano, na categoria Cooperjovem, concedido pelo Sistema OCB. De todo o país foram inscritos 437 projetos, de 267 cooperativas. O Sicoob Fluminense ficou atrás apenas do Sicoob Creditapiranga SC/RS (SC) e do Sicredi União MS/TO (MS).

A cooperativa esteve representada pelo Diretor-Presidente Neilton Ribeiro da Silva, pela vice-Presidente do Conselho de Administração, Eunice Nogueira, e pela assistente social do Sicoob Fluminense, Maria Clara Oliveira, que trabalha diretamente com a implementação do Cooperjovem na região de abrangência da instituição. Eles estavam acompanhados de Iran Pitthan, instrutor do Cooperjovem, programa de educação cooperativista de crianças e adolescentes, desenvolvido em âmbito nacional pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) desde 2000.

4-EVENTOS



Em última convocação dos delegados, a partir das 15 horas, o Sicoob Fluminense realizou no dia 24 de abril a sua Assembleia Geral Ordinária para apresentação e apreciação legal dos números referentes ao exercício de 2017. No auditório da cooperativa, que recebeu ainda representantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e Diretores, os delegados representantes eleitos dos associados aprovaram por unanimidade as contas demonstradas pelo Relatório Anual de 2017, que já haviam contado com parecer favorável do Conselho Fiscal, confirmando a “boa saúde financeira da instituição”, o que foi ainda corroborado por relatório de uma auditoria externa, a cargo da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa.

Este foi, na verdade, o evento oficial de abertura do ano organizado pela cooperativa, que, ao longo de 2018, também foi parceira em outros desenvolvidos externamente.

AGÊNCIA DE CARAPEBUS INAUGURADA



No dia seis de abril o Sicoob Fluminense entregou à comunidade de Carapebus a sua agência no município. O evento contou com a participação de integrantes do governo municipal e representantes dos mais diferentes segmentos da sociedade. A agência está instalada na rua Nicolau Zulio, 58, Centro.

SICOOB TALKS MIRA O CRESCIMENTO



“Inovação, colaboração e crescimento regional”. Este foi o tema do Sicoob Talks, evento que levou no dia quatro de junho, das 18h30m às 22h, cerca de 140 empreendedores da região a lotarem o salão do hotel Ramada, em Campos dos Goytacazes.

Participando do evento organizado pelo Sicoob Fluminense estavam jovens empreendedores recém-saídos da universidade e empresários experientes antenados com a inovação. Um dos principais objetivos do Sicoob Talks, que teve o patrocínio do Sicoob Central Rio e apoio da TEC Campos, do IFFluminense e da startup Campos, foi o de incentivar toda a comunidade a participar mais intensamente do desenvolvimento regional, através da intercooperação.

SICOOB FLUMINENSE NA CLICC 2018



O Sicoob Fluminense foi representado pelo seu Diretor-Presidente, Neilton Ribeiro da Silva, na cidade de Indaiatuba (SP), que sediou no dia 20 de junho a Conferência das Lideranças do Cooperativismo de Crédito CLICC SP/2018. O evento reuniu lideranças das cooperativas de crédito de diversos pontos do país para debates e apresentações sobre cenários que envolvam o atendimento de associados Pessoas Jurídicas em São Paulo. Neilton Silva falou sobre a experiência da cooperativa em lidar com as PJs e a transformação do Sicoob Fluminense de entidade segmentada em livre admissão. Ele também participou do painel Desafios do Cooperativismo Financeiro no segmento Pessoa Jurídica.

CELEBRAÇÃO DOS 20 ANOS DE FUNDAÇÃO



A cooperativa organizou no dia seis de julho o evento comemorativo de seus 20 anos de fundação, cuja data oficial é 16 de julho. Com motivo “junino”, a grande confraternização ocorreu na pousada Delícia, em Campos dos Goytacazes, e contou com uma série de atrações oficiais e de entretenimento, como posse dos novos conselheiros de administração e homenagens, assim como show e sorteio de brindes.



Por indicação do Deputado Estadual João Peixoto, o Sicoob Fluminense recebeu na oportunidade MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS pela passagem da data, de número 1421, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

HACKING-RIO TEM PRESENÇA MARCANTE DO SICOOB FLUMINENSE



Os colaboradores do Sicoob Fluminense Fabiane Araújo e Nathur Cardoso foram os vencedores do cluster Finanças BNDES, dentro do Hacking-Rio, realizado entre os dias 27 e 29 de julho. Considerada a maior maratona de hackers hightechs de todos os tempos no Rio de Janeiro, o evento, no Porto Maravilha, reuniu especialistas em tecnologia,

design e business unidos pra gerarem soluções de alto impacto para os desafios reais da sociedade e do mercado do Rio de Janeiro. O desafio da equipe vencedora foi “Como autenticar / identificar pessoas jurídicas totalmente online”, que apostou na criação de uma identificação única, na qual o usuário PJ poderá se autenticar em qualquer site através dela, mantendo a integridade de suas informações. Fabiane Araújo e Nathur Cardoso tiveram a companhia de Fernando Linhares e Ismael Brito.

PRESENÇA NA POSSE DA NOVA GESTÃO DA ACIC



O Diretor-Presidente, Neilton Ribeiro da Silva, e os Diretores de Operações, Marcos Lincoln, e Administrativo-Financeiro, Charles Medina Faria, prestigiaram a posse da nova diretoria da Associação Comercial e Industrial de Campos, no dia nove de agosto. Leonardo Castro de Abreu tomou posse oficialmente como novo presidente da ACIC para o biênio 2018/2020, sucedendo José Luiz Lobo Escocard.

SICOOB FLUMINENSE PARTICIPA DO ENERGY DAY

O Sicoob Fluminense, através da agência de Nova Friburgo, participou no dia 15 de agosto do Energy Day, evento realizado no município serrano pelo Sebrae. Atendendo a um convite da entidade organizadora, colaboradores da cooperativa participaram das discussões e apresentações em torno do uso da energia solar fotovoltaica no país, englobando diversos aspectos, como emprego de novas tecnologias e abrangência do mercado. A concessão de linhas de crédito também foi abordada pelo Agente Regional do Sicoob Fluminense, Gil Menezes, através de um concorrido painel. O Energy Day foi desenvolvido no Espaço Moda Firjan Senai, na avenida Conselheiro Július Arp, 85, Centro de Nova Friburgo.

INAUGURADA AGÊNCIA DE MARICÁ



Com grande representação da sociedade, o Sicoob Fluminense inaugurou em 16 de agosto a sua agência em Maricá – a 15.^ª no estado do Rio de Janeiro, incluindo no rol de unidades o centro de negócios da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campos dos Goytacazes. A solenidade contou com uma série de eventos formais e de caráter social. O prefeito Fabiano Horta foi representado pela primeira dama Rosana Horta e pelo secretário de Desenvolvimento Econômico, Comércio e Petróleo, Alan Alves, que destacou a importância da instalação do Sicoob Fluminense em Maricá como “gerador de riquezas para a população, numa ruptura com o sistema bancário tradicional.” A agência do Sicoob Fluminense está instalada na Avenida Vereador Francisco Sabino da Costa, 14, Centro.

SICOOB MEETING EM GOITACAZES



No dia 21 de agosto foi realizado no Sindicato dos Ceramistas de Campos, em Goitacazes, Campos dos Goytacazes, o Sicoob Meeting, evento criado com o objetivo de integrar associados, empreendedores, colaboradores e sociedade em geral, através de trocas de conhecimento e experiências, sempre em torno do cooperativismo. Coordenado pela agência da cooperativa na localidade, o tema central foi “Desenvolvimento Estratégico Empresarial”, tendo José Flávio Linhares e Paula Alexandrisky como palestrantes.

CAPACITAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS



O Sicoob Fluminense, com a organização do Instituto Sicoob, realizou nos dias 28 e 29 de agosto, em sua sede, o curso de capacitação de voluntários “Se Liga Finanças”. Apresentando como instrutor Victor Ayres, o evento teve o objetivo direto de ampliar o número de multiplicadores do programa de educação financeira para jovens do Instituto Sicoob.

SICOOB MEETING EM SÃO FRANCISCO DO ITABAPOANA

Com a apresentação de Marcelo da Silva Erbas, agente de desenvolvimento social da Emater-Rio, e tendo como tema “Desenvolvendo o agronegócio na economia local”, o município de São Francisco do Itabapoana recebeu no dia 29 de agosto o Sicoob Meeting. O objetivo foi a integração com a sociedade e abertura de um canal de diálogo com produtores, associados e interessados em geral.

PEDAGOGIA DA COOPERAÇÃO



Palestra (A palestra “Pedagogia da Cooperação - se o importante é Competir, o fundamental é Cooperar”, no dia dez de setembro, atraiu dezenas de professores da rede de ensino público do município de Campos dos Goytacazes ao IFFluminense. A iniciativa foi do Sicoob Fluminense e do Instituto Sicoob. O palestrante foi

Cambises Bistricky, pós-graduado pela Nimonte em Pedagogia da Cooperação e Metodologias Colaborativas e Facilitador da Metodologia Dragon Draming de Projetos, que abordou diversas questões integradoras e que visam a ampliação da atual participação dos profissionais da pedagogia no campo do cooperativismo, com foco no público infantil e adolescente.

4.º PENSE SICOOB

O Diretor-Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, e a colaboradora Fabiane Araújo, da área de TI/Planejamento, representaram a cooperativa por ocasião do 4.º Pense Sicoob, nos dias 20 e 21 de setembro. O objetivo do encontro, realizado a cada dois anos e que chega na sua 4.ª edição, é inspirar e motivar os profissionais que estão na linha de frente do Sicoob a liderar com excelência. Com o tema “O propósito nos une. A colaboração nos move”, o encontro aconteceu no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21 - Quadra 6 - Asa Sul, Brasília – DF.

SICOOB MEETING ESFORÇO CONCENTRADO



No mês de setembro três municípios com agências do Sicoob Fluminense foram alcançados pelo projeto - nos dias 24, 25 e 27, o Sicoob Meeting foi desenvolvido respectivamente nos municípios de São João da Barra, Carapebus e Maricá. O evento, em parceria com o Sebrae-RJ, teve como foco nas duas primeiras cidades

“Valorização do comércio e da economia local”, e foi apontado pelos participantes como uma grande oportunidade para a discussão do cooperativismo e ação direta das entidades cooperativas. Em Maricá o foco foi “Competitividade Empresarial”, com apresentações de José Flávio Linhares, consultor especialista em cooperativismo do Sebrae/Sicoob, e Fábio Rhein, professor do IBMEC-RJ.

MORRO DO COCO – SICOOB MEETING



Cumprindo mais uma etapa, o Sicoob Fluminense levou o projeto ao distrito de Morro do Coco, no dia dez de outubro, na Escola Estadual Theotônio Ferreira de Araújo. O tema foi “Compartilhamento e desenvolvimento da economia local”. O Sicoob Meeting de negócios é especialmente destinado aos empreendedores, empresários e todos os entusiastas da dinâmica do sistema cooperativista. Houve palestras de Fabiane Araújo, assessora de Planejamento do Sicoob Fluminense, e do Diretor-Presidente da cooperativa, Neilton Ribeiro da Silva.

NOVA FRIBURGO – SICOOB MEETING

Já no dia 22 de outubro foi a vez do município serrano receber o circuito do Sicoob Meeting, do Sicoob Fluminense. O evento foi na Associação Comercial Industrial e Agrícola da cidade, na Av. Alberto Braune, 111 - Centro, e contou com palestras de José Flávio Linhares, Consultor Especialista em Cooperativismo do Sebrae / Sicoob, e Taniara Castro, Analista do Sebrae-RJ. O tema central foi “Gestão financeira e estratégia de mercado”.

INAUGURADA AGÊNCIA DE ITALVA



Com a presença de representantes da indústria, comércio, sindicatos, associações de moradores e produtores, poder público municipal e estadual, entidades de classe e entretenimento e da população de Italva e da região, o Sicoob Fluminense inaugurou no município, no dia 24 de outubro, mais uma agência. Instalada na rua José Luiz Marinho, 66, Parque Industrial, na área central de Italva que vem apontando um constante crescimento, esta é a 16.ª agência da cooperativa de crédito no estado do Rio de Janeiro, incluindo no rol de unidades o centro de negócios da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campos dos Goytacazes.

EDUCADORES PENSAM A COOPERAÇÃO



O Sicoob Fluminense foi representado pela assistente social Maria Clara Oliveira junto ao Instituto Sicoob, que reuniu no Rio de Janeiro, no dia 26 de outubro, 150 professores, orientadores pedagógicos, diretores e representantes de outros setores da rede pública de ensino para debater a cooperação na educação. O encontro fez parte da segunda edição do Cooperjovem, que teve como tema "Ecos da Cooperação". Foram apresentados 18 Projetos de Educação Cooperativa (PECs), realizados em cidades como Campos dos Goytacazes, Carapebus, Bom Jesus do Itabapoana, São Francisco do Itabapoana, Mendes e Três Rios, implementados dentro e fora do ambiente escolar.

PLANEJAMENTO COLABORATIVO DE INOVAÇÃO



No dia oito de novembro o Sicoob Fluminense promoveu em seu auditório a segunda etapa do Planejamento Colaborativo de Inovação de Campos dos Goytacazes. Um dos objetivos do evento foi o de promover a unificação das ações dos diversos atores representantes de entidades que fomentam a inovação, a fim de que Campos possa vir a se posicionar adequadamente na área. Participaram, além de colaboradores do Sicoob Fluminense, integrantes da prefeitura de Campos, Sebrae, Firjan, Senai, UENF, IFFluminense, Cândido Mendes, IseCensa e Startups e empresas que atuam diretamente no campo da inovação na região.

POSSE DA NOVA GESTÃO DA CDL CAMPOS



O Sicoob Fluminense esteve representado pelo Diretor-Presidente Neilton Ribeiro da Silva, pelos Diretores Administrativo-Financeiro, Charles Medina Faria, e Operacional, Marcos Lincoln, pela Presidente do Conselho de Administração, Vera Almeida, e membros do Conselho Fiscal, por ocasião da posse do empresário Orlando Portugal, no dia 11 de dezembro, como presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos dos Goytacazes (CDL), para um mandato de um ano. Portugal, que é conselheiro da cooperativa, passa a substituir o também empresário Joilson Barcelos, que encerra um mandato de dois anos.

SICOOB CREMENDES É SICOOB FLUMINENSE



O Diretor-Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, a Presidente do Conselho de Administração, Vera Almeida, conselheiros, delegados e colaboradores participaram da assembleia que decidiu pela incorporação da Cooperativa Cremendes, pelo Sicoob Fluminense, no dia primeiro de dezembro, na cidade de Mendes, sul do estado. A Cooperativa Sicoob Cremendes, instalada na avenida Júlio Braga, 20, Centro, atua na região Sul do estado há quase nove décadas, sendo também uma cooperativa sócio fundadora da Central Rio.

2.º REPENSANDO O SICOOB



Considerado de forma unânime um sucesso, o 2.º Repensando o Sicoob foi organizado pela cooperativa no dia 15 de dezembro. Diretores, conselheiros e dezenas de colaboradores do Sicoob Fluminense estiveram reunidos em torno do evento motivacional de final de ano desenvolvido na pousada Delícia, na estrada Campos-Lagoa de Cima, em sua segunda edição. Pelos comentários dos participantes ficou a certeza do aproveitamento do dia para uma nova injeção de ânimo em todos e proveitosas discussões quanto ao aprimoramento do grande trabalho desenvolvido em todas as agências do Sicoob Fluminense no estado, já reconhecido por pessoas físicas e jurídicas.

5-PATROCÍNIOS



PATROCÍNIOS 2018

TIPO	QUANTIDADE	VALOR
ACADÊMICO	6	R\$1.300,00
BENEFICENTE	5	R\$3.250,00
CULTURAL	12	R\$12.000,00
ESPORTIVO	7	R\$11.464,00
OUTRO	18	R\$33.124,00
TOTAL		R\$61.138,00

6-ORÇAMENTO 2019



ORÇAMENTO 2019

RECEITAS	41.266.689,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	26.201.126,77
RENDAS DE APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	271.250,11
RECEITAS DE SERVIÇOS	9.035.211,41
RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS COMO PREJUÍZO	240.000,00
RECUPERAÇÃO DE ENCARGOS E DESPESAS	227.343,75
INGRESSOS DE DEPÓSITOS INTERCOOPERATIVOS	2.458.959,72
OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS	2.832.797,39
DESPESAS	39.239.894,13
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS A PRAZO	4.173.320,12
RECUR. DE ACEITES CAMBIAIS, LETRAS IMOBILIÁRIAS E	214.916,90
CONTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA - FGCOOP	166.989,08
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	937.731,64
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	26.513.134,94
APROVISIONAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS	5.333.507,34
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	1.900.294,11
RESULTADO FINANCEIRO	2.026.795,01

7-DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



BALANÇO PATRIMONIAL (EM REAIS)

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	81.956.392,94	53.452.747,00
DISPONIBILIDADES (NOTA 3.c)	1.809.806,40	954.390,58
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 4)	1.534.849,09	560.473,58
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.534.849,09	560.473,58
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 5)	35.278.627,28	16.926.382,57
Centralização Financeira - Cooperativas	35.278.627,28	16.926.382,57
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)	41.248.182,64	34.225.573,83
Operações de Crédito	43.758.819,46	35.424.752,50
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(2.510.636,82)	(1.199.178,67)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 7)	1.773.028,89	658.529,12
Créditos por Avais e Fianças Honrados	286.492,56	385.903,05
Rendas a Receber	-	89.645,51
Diversos	1.733.917,66	473.268,18
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(247.381,33)	(290.287,62)
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 8)	311.898,64	127.397,32
Outros Valores e Bens	812,00	-
Despesas Antecipadas	311.086,64	127.397,32
NÃO CIRCULANTE	60.659.160,17	45.463.022,40
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	50.756.561,28	36.756.966,46
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 4)	1.937.772,92	1.044.132,96
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.937.772,92	1.044.132,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)	48.818.788,36	35.712.833,50
Operações de Crédito	50.910.061,72	36.964.122,03
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(2.091.273,36)	(1.251.288,53)
PERMANENTE	9.902.598,89	8.706.055,94
INVESTIMENTOS (NOTA 9)	4.306.563,40	3.507.673,45
No País	-	-
Outros Investimentos	4.592.094,54	3.723.329,09
(Provisões para Perdas)	(285.531,14)	(215.655,64)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	5.533.654,89	5.110.626,00
Imóveis de Uso	2.500.555,23	2.475.555,23
Outras Imobilizações de Uso	5.233.882,95	4.103.121,35
(Depreciação acumulada)	(2.200.783,29)	(1.468.050,58)
INTANGÍVEL (NOTA 11)	62.380,60	87.756,49
Outros Ativos Intangíveis	180.335,15	164.555,09
(Amortização acumulada)	(117.954,55)	(76.798,60)
TOTAL DO ATIVO	142.615.553,11	98.915.769,40

BALANÇO PATRIMONIAL (EM REAIS)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		98.510.992,25	65.594.089,06
DEPÓSITOS	(NOTA 12)	87.239.376,61	58.954.509,09
Depósitos à Vista		26.846.217,72	15.519.690,34
Depósitos Sob Aviso		452.184,06	422.382,98
Depósitos a Prazo		59.940.974,83	43.012.435,77
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO LETRAS CRÉDITO AGRONEGÓCIO	(NOTA 13)	1.795.429,97	101.964,97
Obrigações por Emissão LCA		1.795.429,97	101.964,97
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 14)	3.429.403,06	3.448.338,90
Repasses Interfinanceiros		3.429.403,06	3.448.338,90
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	(NOTA 15)	90.345,05	-
Recursos em Trânsito de Terceiros		90.345,05	-
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 16)	1.232.583,41	-
Empréstimos País - Outras Instituições		1.232.583,41	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES		4.723.854,15	3.089.276,10
Cobrança e Arrecadação de Tributos	(NOTA 17.1)	55.448,07	30.579,70
Sociais e Estatutárias	(NOTA 17.2)	1.065.295,66	960.841,18
Fiscais e Previdenciárias	(NOTA 17.3)	324.075,52	402.487,29
Diversas	(NOTA 17.4)	3.279.034,90	1.695.367,93
NÃO CIRCULANTE		11.131.748,63	5.678.521,51
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		11.131.748,63	5.678.521,51
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO LETRAS CRÉDITO AGRONEGÓCIO	(NOTA 13)	1.829.309,38	1.480.160,67
Obrigações por Emissão LCA		1.829.309,38	1.480.160,67
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 14)	7.067.151,71	4.198.360,84
Repasses Interfinanceiros		7.067.151,71	4.198.360,84
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 16)	2.235.287,54	-
Empréstimos País - Outras Instituições		2.235.287,54	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		32.972.812,23	27.643.158,83
CAPITAL SOCIAL	(NOTA 19.a)	28.987.511,14	23.840.529,35
De Domiciliados no País		29.021.790,64	23.840.768,68
(Capital a Realizar)		(34.279,50)	(239,33)
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	(NOTA 19.b)	5.208,52	-
RESERVAS DE SOBRAS	(NOTA 19.c)	3.927.290,40	3.317.252,96
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(NOTA 19.d)	52.802,17	485.376,52
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		142.615.553,11	98.915.769,40

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS (EM REAIS)

Descrição das contas	2º SEMESTRE DE 2018	31/12/2018	31/12/2017
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.359.848,20	19.760.251,36	15.531.011,03
Operações de Crédito	10.268.495,55	19.609.212,78	15.481.843,85
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	91.352,65	151.038,58	49.167,18
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(5.022.805,70)	(8.935.460,35)	(6.554.650,24)
Operações de Captação no Mercado - Nota 12.b	(1.775.503,34)	(3.329.384,46)	(3.624.448,46)
Operações de Empréstimos e Repasses	(576.952,96)	(986.904,20)	(317.905,35)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.670.349,40)	(4.619.171,69)	(2.612.296,43)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.337.042,50	10.824.791,01	8.976.360,79
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.925.224,17)	(9.833.339,72)	(7.137.461,62)
Receitas de Prestação de Serviços	2.675.262,84	5.160.239,81	3.768.365,44
Rendas de Tarifas Bancárias	1.100.577,50	1.879.423,97	1.267.769,47
Despesas de Pessoal	(4.918.894,03)	(9.211.204,92)	(6.890.238,94)
Outras Despesas Administrativas	(5.726.429,28)	(10.804.457,15)	(7.872.797,41)
Despesas Tributárias	(130.352,40)	(241.679,47)	(152.486,04)
Outros ingressos/rendas operacionais - Nota 22	2.888.382,32	4.780.727,84	3.660.459,49
Outros dispêndios/despesas operacionais - Nota 23	(813.771,12)	(1.396.389,80)	(918.533,63)
RESULTADO OPERACIONAL	411.818,33	991.451,29	1.838.899,17
RESULTADO NÃO OPERACIONAL - Nota 24	(65.856,26)	(78.764,56)	61.272,17
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	345.962,07	912.686,73	1.900.171,34
Provisão para Imposto de Renda	(19.216,86)	(44.037,17)	(94.699,32)
Provisão para Contribuição Social	(17.147,46)	(42.185,27)	(75.103,24)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	309.597,75	826.464,29	1.730.368,78
Sobras advindas de Incorporação - Nota 19.e	-	9.315,57	-
F A T E S - Atos Cooperativos - Nota 17.2/19.e	-	(167.155,97)	(346.073,76)
Reserva Legal - Nota 19.c/e	-	(417.889,93)	(692.147,51)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	309.597,75	250.733,96	692.147,51
Juros ao Capital	(329.494,64)	(594.494,64)	(360.000,00)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM REAIS)

	CAPITAL	(-) CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	Total
Saldos em 31/12/2016	20.595.258,68	-	-	2.625.105,45	170.025,72	23.390.389,85
Destinação de Sobras Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(446.278,22)	(446.278,22)
Pendência na distribuição	-	-	-	-	659,73	659,73
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(3.515,21)	(3.515,21)
Ao Capital Social	1.094,81	-	-	-	(1.094,81)	-
Movimentação de Capital						
Por Subscrição/Realização	5.092.631,55	(239,33)	-	-	-	5.092.392,22
Por Devolução (-)	(1.848.216,36)	-	-	-	-	(1.848.216,36)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	1.730.368,78	1.730.368,78
Recuperação de perdas - Nota 17.d	-	-	-	-	73.431,80	73.431,80
Destinação das Sobras ou Perdas:						
Fundo de Reserva - Nota 19.e	-	-	-	692.147,51	(692.147,51)	-
F A T E S - Nota 19.e	-	-	-	-	(346.073,76)	(346.073,76)
Saldos em 31/12/2017	23.840.768,68	(239,33)	-	3.317.252,96	485.376,52	27.643.158,83
Movimentação de Capital						
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(496.775,82)	(496.775,82)
Constituição de Reservas	-	-	-	192.147,51	(192.147,51)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(2.824,71)	(2.824,71)
Ao Capital Social	399,47	-	-	-	(399,47)	-
Movimentação de Capital						
Por Subscrição/Realização	6.480.117,33	(439,00)	-	-	-	6.479.678,33
Por Devolução (-)	(1.805.166,76)	-	-	-	-	(1.805.166,76)
Incorporação - Nota 1.1	179.818,61	(33.601,17)	5.208,52	-	9.315,57	160.741,53
Recuperação de perdas - Nota 19.d	-	-	-	-	8.839,20	8.839,20
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	826.464,29	826.464,29
Subscrição dos Juros ao Capital	325.853,31	-	-	-	-	325.853,31
Destinação das Sobras ou Perdas:						
Fundo de Reserva - Nota 19.e	-	-	-	417.889,93	(417.889,93)	-
F A T E S - Nota 19.e	-	-	-	-	(167.155,97)	(167.155,97)
Saldos em 31/12/2018	29.021.790,64	(34.279,50)	5.208,52	3.927.290,40	52.802,17	32.972.812,23

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (EM REAIS)

	2º SEMESTRE DE 2018	31/12/2018	31/12/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/Perdas do Exercício	345.962,07	912.686,73	1.900.171,34
IRPJ / CSLL	(36.364,32)	(86.222,44)	(169.802,56)
Reversão de Depreciações	14.715,93	29.270,79	-
Depreciações e Amortizações	299.311,75	579.291,86	431.328,36
Sobras/Perdas do Exercício Ajustado	623.625,43	1.435.026,94	2.161.697,14
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(469.830,75)	(2.803.896,54)	-
Operações de Crédito	(7.674.926,96)	(20.128.563,67)	(25.573.470,51)
Outros Créditos	(1.157.279,58)	(1.114.499,77)	360.784,89
Outros Valores e Bens	(121.373,67)	(184.501,32)	(37.808,62)
Depósitos a Vista	5.831.442,89	11.326.527,38	7.604.438,82
Depósitos sob Aviso	21.722,66	29.801,08	29.742,61
Depósitos a Prazo	12.148.018,13	16.928.539,06	12.157.035,27
Relações Interfinanceiras	(875.848,48)	2.849.855,03	4.935.841,33
Relações Interdependências	84.614,52	90.345,05	-
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio	146.769,71	2.042.613,71	1.582.125,64
Obrigações por Empréstimos no País	(597.888,10)	3.467.870,95	-
Outras Obrigações	1.113.813,40	1.634.578,05	1.334.619,18
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	9.072.859,20	15.573.695,95	4.555.005,75
Aquisição em Investimentos - Nota 9	(265.569,68)	(298.624,93)	(1.086.845,59)
Aquisição em Imobilizado de Uso - Nota 10	(523.149,66)	(922.932,31)	(2.127.554,78)
Aplicação no Intangível - Nota 11	(3.330,06)	(3.330,06)	(67.948,90)
Baixa de Imobilizações de Uso - Nota 10	-	14.041,18	(960,21)
Incorporação - Investimento - Nota 9	(500.265,02)	(500.265,02)	-
Incorporação - Imobilizado - Nota 10	(93.429,62)	(93.429,62)	-
Incorporação - Intangível - Nota 11	(564,84)	(564,84)	-
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	(1.386.308,88)	(1.805.105,60)	(3.283.309,48)
Aumento por novos aportes de Capital	3.331.835,12	6.479.678,33	5.092.392,22
Devolução de Capital à Cooperados	(1.020.494,33)	(1.805.166,76)	(1.848.216,36)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar	-	(2.824,71)	(3.515,21)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(496.775,82)	(446.278,22)
Recebimento de recuperação de perdas - Nota 19.d	2.564,88	8.839,20	73.431,80
Pendência na distribuição	-	-	659,73
FATES Sobras Exercício - Nota 19.e	(167.155,97)	(167.155,97)	(346.073,76)
Incorporação - Patrimônio	160.741,53	160.741,53	-
Subscrição do Juros ao Capital	325.853,31	325.853,31	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	2.633.344,54	4.503.189,11	2.522.400,20
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	10.319.894,86	18.271.779,46	3.794.096,47
No início do período - Nota 3.c	27.437.264,29	19.485.379,69	15.691.283,22
No fim do período - Nota 3.c	37.757.159,15	37.757.159,15	19.485.379,69
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	10.319.894,86	18.271.779,46	3.794.096,47

8-RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Senhores Cooperados,
Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2018 da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE - SICOOB FLUMINENSE, na forma da Legislação em vigor.

1. POLÍTICA OPERACIONAL

Em 2018 o SICOOB FLUMINENSE completou 20 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2018, o SICOOB FLUMINENSE obteve um resultado de R\$ 241.418,39 representando um retorno anual sobre o patrimônio líquido de 0,73%. Também importante destacar que houve a remuneração dos juros ao capital de R\$ 594.496,64.

3. ATIVOS

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 35.278.627,28. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 94.668.881,18. A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	94.668.881,18	100%
--------------------	---------------	------

Os dez maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 13% da carteira, no montante de R\$ 12.423.127,24.

4. CAPTAÇÃO

As captações, no total de R\$ 87.239.376,61, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 47,98%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	26.846.217,72	31%
Depósitos a Prazo	60.393.158,89	69%

Os dez maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 12% da captação, no montante de R\$ 11.096.301,27.

5. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

O patrimônio de referência do SICOOB FLUMINENSE era de R\$ 31.064.763,94. Em 31/12/2018, o quadro de associados era composto por 14.980 cooperados, havendo um acréscimo de 55% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. POLÍTICA DE CRÉDITO

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas preestabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB FLUMINENSE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 91,47% nos níveis de "AA" a "C".

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui ainda um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL RIO e auditoria cooperativa realizada pela CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. CONSELHO FISCAL

Eleito bianualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2019, o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. CÓDIGO DE ÉTICA

Todos os integrantes da equipe do SICOOB FLUMINENSE aderiram por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. SISTEMA DE OUVIDORIA

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2018, a ouvidoria do SICOOB FLUMINENSE registrou 79 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 79 manifestações, 38 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

9-NOTAS EXPLICATIVAS



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 06/01/1999, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB FLUMINENSE possui postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: MACAÉ - RJ, SÃO JOÃO DA BARRA - RJ, ITAPERUNA - RJ, BOM JESUS DO ITABAPOANA - RJ, CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ, BOM JARDIM - RJ, SÃO FIDÉLIS - RJ, NOVA FRIBURGO - RJ, CARAPEBUS - RJ, MARICÁ - RJ, ITALVA – RJ e MENDES - RJ.

O SICOOB FLUMINENSE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 SITUAÇÃO ESPECIAL

Em 2018, a SICOOB FLUMINENSE, com o objetivo de ampliar o quadro e atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento do Patrimônio Líquido e do limite para operações, garantindo assim, um novo posicionamento no mercado, promoveu a incorporação da Cooperativa de Crédito de Mendes Ltda. (SICOOB CREMENDES), que foi devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta e homologada pelo Banco Central do Brasil – BACEN. Abaixo demonstramos os incrementos patrimoniais:

ATIVO	SALDO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	SALDO
Disponibilidades	116.364,91	Depósitos	5.274.447,36
Relações Interfinanceiras	3.528.288,30	Outras Obrigações	480.977,52
Operações de Crédito	1.136.941,07		
Outros Créditos	519.117,59	Patrimônio Líquido	
Outros Valores e Bens	21.268,10	Capital Social	146.596,81
Investimentos	500.265,02	Reserva Reavaliação	5.208,52
Imobilizado de Uso	93.641,77	Sobras Acumuladas	9.315,57
Intangível	659,02		
TOTAL ATIVO	5.916.545,78	TOTAL PASSIVO E DO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.916.545,78

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 22 de março de 2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 02 (R2)- Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16, CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	1.809.806,40	954.390,58
Aplicações interfinanceiras de liquidez	668.725,47	1.604.606,54
Relações interfinanceiras - centralização financeira	35.278.627,28	16.926.382,57
TOTAL	37.757.159,15	19.485.379,69

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL RIO avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

t) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

u) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as aplicações em depósitos interfinanceiros estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017
	Curto Prazo	Longo Prazo	
Depósitos Interfinanceiros	1.534.849,09	1.937.772,92	1.604.606,54
TOTAL	1.534.849,09	1.937.772,92	1.604.606,54

As aplicações em depósitos interfinanceiros, via Bancoob, com remuneração pós-fixadas, de 101% do CDI.

5. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	35.278.627,28	16.926.382,57
TOTAL	35.278.627,28	16.926.382,57

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOOB CENTRAL RIO conforme determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cuja remuneração é de aproximadamente 100% do CDI.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	423.739,98	0,00	423.739,98	319.827,69
Empréstimos	28.890.913,06	43.405.664,36	72.296.577,42	55.549.187,28
Títulos Descontados	7.524.658,39	0,00	7.524.658,39	7.081.757,06
Financiamentos	671.068,87	1.008.120,58	1.679.189,45	889.596,13
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.248.439,16	6.496.276,78	12.744.715,94	8.548.506,37
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.510.636,82)	(2.091.273,36)	(4.601.910,18)	(2.450.467,20)
TOTAL	41.248.182,64	48.818.788,36	90.066.971,00	69.938.407,33

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	7.925.246,67	0,00	0,00	0,00	7.925.246,67		5.295.194,34	
A 0,5% Normal	24.501.274,61	167.599,82	330.064,42	4.565.027,87	29.563.966,72	(147.821,73)	25.480.024,27	(127.401,42)
B 1% Normal	27.886.600,36	1.908.342,05	1.122.647,97	6.638.229,73	37.555.820,11	(375.558,20)	29.793.711,12	(297.937,11)
B 1% Vencidas	213.108,17	15.099,86	0,00	0,00	228.208,03	(2.282,08)	273.849,49	(2.738,49)
C 3% Normal	8.882.790,57	871.177,85	182.595,31	918.609,36	10.855.173,09	(325.655,19)	8.196.224,98	(245.886,75)
C 3% Vencidas	234.542,67	44.937,29	22.406,72	158.754,38	460.641,06	(13.819,23)	623.665,36	(18.709,96)
D 10% Normal	1.327.310,89	163.950,60	10.781,38	186.787,25	1.688.830,12	(168.883,12)	213.712,70	(21.371,27)
D 10% Vencidas	439.514,96	110.850,57	0,00	33.335,75	583.701,28	(58.370,13)	207.314,73	(20.731,47)
E 30% Normal	1.225.249,65	76.920,53	0,00	0,00	1.302.170,18	(390.651,05)	79.704,29	(23.911,29)
E 30% Vencidas	877.150,64	53.079,87	0,00	0,00	930.230,51	(279.069,15)	253.235,90	(75.970,77)
F 50% Normal	504.266,02	41.776,69	0,00	0,00	546.042,71	(273.021,36)	146.427,99	(73.214,00)
F 50% Vencidas	475.319,76	60.414,50	0,00	243.971,60	779.705,86	(389.852,93)	236.464,31	(118.232,16)
G 70% Normal	24.463,76	14.574,99	0,00	0,00	39.038,75	(27.327,13)	73.098,09	(51.168,66)
G 70% Vencidas	166.958,38	34.731,97	0,00	0,00	201.690,35	(141.183,25)	476.843,69	(333.790,58)
H 100% Normal	418.553,00	31.691,57	0,00	0,00	450.244,57	(450.244,57)	407.605,13	(407.605,13)
H 100% Vencidas	1.307.134,36	240.343,16	10.693,65	0,00	1.558.171,17	(1.558.171,17)	631.798,14	(631.798,14)
Total Normal	72.695.755,53	3.276.034,10	1.646.089,08	12.308.654,21	89.926.532,92	(2.159.162,24)	69.685.702,91	(1.248.495,63)
Total Vencidos	3.713.728,94	559.457,22	33.100,37	436.061,73	4.742.348,26	(2.442.747,94)	2.703.171,62	(1.201.971,57)
Total Geral	76.409.484,47	3.835.491,32	1.679.189,45	12.744.715,94	94.668.881,18	(4.601.910,18)	72.388.874,53	(2.450.467,20)
Provisões	(3.833.903,77)	(471.681,31)	(30.798,65)	(265.526,45)	(4.601.910,18)		(2.450.465,91)	
Total Líquido	72.575.580,70	3.363.810,01	1.648.390,80	12.479.189,49	90.066.971,00		69.938.407,33	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (desconsiderando as provisões):

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	7.740.417,25	17.738.744,47	43.405.664,36	68.884.826,08
Financiamentos	189.407,03	481.661,84	1.008.120,58	1.679.189,45
Financiamentos Rurais	2.449.991,02	3.798.448,14	6.496.276,78	12.744.715,94
Conta Corrente	2.355.009,52	1.480.410,61	71,19	3.835.491,32
Títulos Descontados	6.862.751,28	661.907,11	0,00	7.524.658,39
TOTAL	19.597.576,10	24.161.172,17	50.910.132,91	94.668.881,18

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica (desconsiderando as provisões):

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	211.017,92	4.867.662,27	1.261.673,75	0,00	6.340.353,94	7%
Setor Privado - Indústria	3.888,39	374,21	21.528,29	0,00	25.790,89	0%
Setor Privado - Serviços	2.093.935,45	29.766.238,82	5.785.508,56	0,00	37.645.682,83	40%
Pessoa Física	1.526.649,56	35.929.740,23	436.999,65	12.017.713,84	49.911.103,28	53%
Outros	0,00	0,00	18.948,14	727.002,10	745.950,24	1%
TOTAL	3.835.491,32	70.564.015,53	7.524.658,39	12.744.715,94	94.668.881,18	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito: e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(2.450.467,20)	(1.100.089,50)
Constituições/Reversões	(4.433.124,82)	(2.299.193,95)
Transferência para prejuízo	2.281.681,84	948.816,25
TOTAL	(4.601.910,18)	(2.450.467,20)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	2.415.404,23	3,00%	2.608.930,68	4,00%
10 Maiores Devedores	12.423.127,24	13,00%	10.639.441,37	15,00%
50 Maiores Devedores	27.844.676,12	29,00%	23.381.541,88	32,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	1.816.719,43	1.031.313,11
Valor das operações transferidas no período	2.683.400,06	1.038.834,51
Valor das operações recuperadas no período	(368.724,90)	(246.227,95)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	-	(7.200,24)
Incorporação	1.973.335,36	-
TOTAL	6.104.729,95	1.816.719,43

h) Operações renegociadas:

Durante o exercício de 2018, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 3.608.368,14, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças honrados	286.492,56	385.903,05
Rendas a Receber	-	89.645,51
Adiantamentos e antecipações salariais	36.658,60	24.940,89
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	4.495,99	3.780,00
Adiantamentos por conta de imobilizações	10.476,51	-
Devedores por depósitos em garantia	5.114,54	-
Impostos e contribuições a compensar	18.343,71	1.344,62
Pagamentos a ressarcir	6.631,24	6.535,41
Títulos e créditos a receber	172.262,07	119.096,10
Devedores diversos – país (a)	1.479.935,00	317.571,16
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(237.199,85)	(290.287,62)
(-) Provisões para Outros Créditos s/ característica de concessão de crédito	(10.181,48)	-
TOTAL	1.773.028,89	658.529,12

(a) Saldo refere-se diferença de caixa de R\$ 130,88, pendências a regularizar de R\$ 144.302,70, plano de saúde a receber de R\$ 142.045,39, pendências a regularizar de conta corrente de R\$ 76.708,52, pendências a regularizar Bancoob de R\$ 669.909,31, desconto em folha de R\$ 14.274,16, outros de R\$ 419.937,48, valores a receber de mensalidades de R\$ 12.626,56.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 e refere-se substancialmente a provisão sobre os Avais e Fianças Honrados:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
E	30%	Vencidas	37.305,43	37.305,43	(11.191,63)	29.847,08	(8.954,12)
F	50%	Vencidas	27.775,05	27.775,05	(13.887,58)	120.933,68	(60.466,86)
G	70%	Vencidas	30.971,43	30.971,43	(21.680,00)	47.518,82	(33.263,17)
H	100%	Vencidas	190.440,65	190.440,65	(190.440,65)	187.603,47	(187.603,47)
Total Vencidos			286.492,56	286.492,56	(237.199,85)	385.903,05	(290.287,62)
Total Geral			286.492,56	286.492,56	(237.199,85)	385.903,05	(290.287,62)
Provisões			(237.199,85)	(237.199,85)		(290.287,62)	
Total Líquido			49.292,75	49.292,75		95.615,43	

8. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Material em Estoque	812,00	0,00
Despesas Antecipadas – (a)	311.086,64	127.397,32
TOTAL	311.898,64	127.397,32

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros de R\$ 33.982,45, manutenção e conservação de R\$ 224,90, contribuição cooperativista de R\$ 10.326,15, vale transporte de R\$ 3.703,12, vale refeição/alimentação de R\$ 153.828,95, contribuição para fundos e IPTU de R\$ 3.001,27, processamento de dados de R\$ 1.208,65, contribuição aos fundos de R\$ 104.811,15.

9. INVESTIMENTOS

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL RIO.

Descrição	31/12/2017	Aquisições	Incorporação	31/12/2018
Participação Sicoob Central Rio	3.507.673,45	298.624,93	500.265,02	4.306.563,40
(-) Cotas da Central	215.655,64	-	-	285.531,14
(-) Outros	(215.655,64)	-	-	(285.531,14)
TOTAL	3.507.673,45	298.624,93	500.265,02	4.306.563,40

10. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa	31/12/2017	Incorporações	Aquisições	Baixa	Depreciação	31/12/2018
Imobilizado em curso	0%	87.501,39	-	15.157,06	-	-	102.658,45
Terrenos		822.095,50	12.000,00	-	-	-	834.095,50
Edificações		1.653.459,73	13.000,00	-	-	-	1.666.459,73
(-) Depr. Acum.-Edificações	4%	(363.322,01)	(7.496,63)	-	-	(66.181,81)	(437.000,45)
Instalações		1.159.590,98	43.915,86	381.242,17	-	-	1.584.749,01
(-) Depr. Acum.-Instalações	10%	(99.465,08)	(17.342,07)	-	8,01	(131.441,80)	(248.240,94)
Móveis e Equip. de uso		1.507.067,40	81.546,94	279.480,39	(16.847,72)	-	1.851.247,01
(-) Depr. Acum.-Móv. Equip. de uso	10%	(446.821,31)	(58.123,30)	-	2.550,53	(167.422,25)	(669.816,33)
Sistema de Comunicação		47.633,86	-	6.852,19	-	-	54.486,05
(-) Depr. Acum.-Sist. Comunicação	10%	(18.135,17)	-	-	-	(4.306,86)	(22.442,03)
Sistema de processamento de dados		1.128.704,44	94.199,86	160.691,22	-	-	1.383.595,52
(-) Depr. Acum.-Sist. Proc. de Dados	20%	(490.994,00)	(72.941,70)	-	-	(190.013,11)	(753.948,81)
Sistema de Segurança		172.623,28	5.014,35	79.509,28	-	-	257.146,91
(-) Depr. Acum.-Sist. Segurança	10%	(49.313,01)	(343,69)	-	248,00	(19.926,03)	(69.334,73)
TOTAL		5.110.626,00	93.429,62	922.932,31	(14.041,18)	(579.291,86)	5.533.654,89

11. INTANGÍVEL

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objetivo os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa	31/12/2017	Incorporações	Aquisições	Amortizações	31/12/2018
Outros Ativos Intangíveis		164.555,09	12.450,00	3.330,06	-	180.335,15
(-) Amort. Acum.- Outros ativos	20%	(76.798,60)	(11.885,15)	-	(29.270,79)	(117.954,55)
TOTAL		87.756,49	564,84	3.330,06	(29.270,79)	62.380,60

12. DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	Taxa média	31/12/2017	Taxa média
Depósito à Vista	26.846.217,72	-	15.519.690,34	-
Depósito Sob Aviso	452.184,06	0,75	422.382,98	0,76
Depósito a Prazo	59.940.974,83	0,47	43.012.435,77	0,51
TOTAL	87.239.376,61	-	58.954.509,09	-

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	1.861.657,72	2,00%	1.539.230,61	3,00%
10 Maiores Depositantes	11.096.301,27	12,00%	8.264.966,02	14,00%
50 Maiores Depositantes	25.582.066,53	28,00%	20.392.167,62	35,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(42.881,55)	(42.205,32)
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.005.201,28)	(3.488.507,21)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(171.869,96)	(21.251,64)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(109.431,67)	(72.484,29)
TOTAL	(3.329.384,46)	(3.624.448,46)

13. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE LETRAS DE CRÉDITO AGRONEGÓCIO

São recursos obtidos por de emissão de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) aos cooperados, cujos títulos são emitidos pela cooperativa, e registrados na CETIP, títulos estes que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04).

Descrição	Taxa	31/12/2018		31/12/2017
		Circulante	Não circulante	
Obrigação por emissão LCA – Pós fixado	88% (CDI)	1.795.429,97	1.829.309,38	1.582.125,64
TOTAL		1.795.429,97	1.829.309,38	1.582.125,64

14. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

São captações de recursos, via Bancoob, com lastro de operações de crédito rural:

Instituições	31/12/2018			31/12/2017
	Curto prazo	Longo Prazo	Total	
Recursos do Bancoob	3.429.403,06	7.067.151,71	10.496.554,77	7.646.699,74
TOTAL	3.429.403,06	7.067.151,71	10.496.554,77	7.646.699,74

15. RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ordens de Pagamento	85.000,00	-
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	5.345,05	-
TOTAL	90.345,05	-

16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São empréstimos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades.

Instituições	31/12/2018			31/12/2017
	Curto prazo	Longo prazo	Total	
Sicoob Central Rio	1.232.583,41	2.235.287,54	3.467.870,95	-
TOTAL	1.232.583,41	2.235.287,54	3.467.870,95	-

Referem-se à Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2018	Taxa média	2017	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(171.869,96)	0,43	(21.251,64)	0,47

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados – 17.1	55.448,07	30.579,70
Sociais e Estatutárias – 17.2	1.065.295,66	960.841,18
Fiscais e Previdenciárias – 17.3	324.075,52	402.487,29
Diversas – 17.4	3.279.034,90	1.695.367,93
TOTAL	4.723.854,15	3.089.276,10

17.1 COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
IOF a recolher	32.163,21	30.579,70
Recolhimento de tributos estaduais e municipais	23.284,86	-
TOTAL	55.448,07	30.579,70

17.2 SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fundo de assistência técnica, educacional e social (a)	167.155,97	346.073,76
Gratificações e participações a pagar	17.710,19	-
Sobras a distribuir	14.830,96	14.830,96
Cotas de Capital a Pagar (b)	865.598,54	599.936,46
TOTAL	1.065.295,66	960.841,18

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e de um percentual de 10% a 20% (em 2018 foi destinado 20%) das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

17.3 FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para impostos e contribuições/lucros	0,00	138.613,37
Impostos e contribuições a recolher	324.075,52	263.873,92
TOTAL	324.075,52	402.487,29

17.4 DIVERSAS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	73.253,77	153.526,60
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	808.962,43	627.494,90
Provisão para Pagamentos a Efetuar	790.895,11	646.821,01
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	242.125,02	80.575,67
Credores Diversos – País (a)	1.363.798,57	186.949,75
TOTAL	3.279.034,90	1.695.367,93

(a) Saldo refere-se pendências a regularizar de R\$ 79.820,20, sobras de caixa de R\$ 7.850,66, pendências a regularizar Bancoob de R\$ 1.202.868,82, e liquidação de cobrança de R\$ 5.547,43 e cheques depositados de R\$ 67.711,46.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB FLUMINENSE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	28.987.511,14	23.840.529,35
Associados	14.980	9.680

b) Reserva de reavaliação

Conforme Laudo de Reavaliação do Imóvel de uso próprio da cooperativa, realizado e aprovado em AGE em 25 de janeiro de 2003, autorizado pelo Banco Central do Brasil - ofício DEORF/GTRJA-03/015-2 em 03 de fevereiro de 2003 - Rio de Janeiro/RJ, constituiu-se Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 25.000,00 (Cinquenta Mil Reais), apropriado em 240 meses, amortizado o valor mensal de R\$ 104,17.

c) Reserva legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50% conforme definido no Estatuto Social. Esse saldo é utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

d) Sobras ou perdas acumuladas

A cooperativa possui sobras acumuladas no valor de R\$ 52.802,17, que apresentamos a composição:

Descrição	Valores	Forma e prazo de realização das perdas
Perdas acumuladas incorporação da BomCredi	(407.733,62)	Rateio a ser pago pelos associados
Recuperação/recebimento das perdas da Bomcredi	127.530,83	Recebimento das perdas ocorridas em 2016
Recuperação/recebimento das perdas da Bomcredi	73.431,80	Recebimento das perdas ocorridas em 2017
Recuperação/recebimento das perdas da Bomcredi	8.839,20	Recebimento das perdas ocorridas em 2018
Sobras do exercício de 2018	250.733,96	Para deliberação em assembleia geral
TOTAL	52.802,17	

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	826.464,29	1.730.368,78
Sobras incorporação	9.315,57	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	835.779,86	1.730.368,78
Destinações estatutárias		
Reserva legal – 50% (2018) e 40% (2017)	(417.889,93)	(692.147,51)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 20%	(167.155,97)	(346.073,76)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	250.733,96	692.147,51

20. PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

21. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receita de prestação de serviços	1.967.299,88	881.234,43
Despesas específicas de atos não cooperativos	(409.774,94)	(201.450,53)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.194.931,23)	(519.859,32)
Resultado operacional	362.593,71	159.924,58
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(13.863,18)	61.272,17
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	283.829,15	221.196,75
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(941.259,40)	(270.227,84)

22. OUTROS INGRESSOS/RENDAS OPERACIONAIS

Descrição	2º Semestre de 2018	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	117.891,63	247.591,52	236.501,00
Ingressos de depósitos intercooperativos	991.856,23	1.775.874,28	1.765.243,71
Outras rendas operacionais	1.778.634,46	2.757.262,04	1.658.714,78
TOTAL	2.888.382,32	4.780.727,84	3.660.459,49

23. OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º Semestre de 2018	31/12/2018	31/12/2017
Outras despesas operacionais	(360.337,72)	(932.016,12)	(821.644,97)
Despesas de provisões passivas	(123.938,76)	(134.879,04)	(96.888,66)
Juros ao capital	(329.494,64)	(329.494,64)	-
TOTAL	(813.771,12)	(1.396.389,80)	(918.533,63)

24. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	2º Semestre de 2018	31/12/2018	31/12/2017
Ganhos de Capital	17.733,38	65.954,79	196.660,36
(-) Perdas de Capital	(83.589,64)	(144.719,35)	(131.433,82)
(-) Outras Despesas não Operacionais	-	-	(3.954,37)
Resultado Líquido	(65.856,26)	(78.764,56)	61.272,17

25. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa; as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas em 31 de dezembro de 2018:

	Valores	% em Relação à Carteira Total
Montante das Operações Ativas	501.248,82	0,36%
Montante das Operações Passivas	921.935,50	3,21%

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31 de dezembro de 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	4.666,48	46,67	0%
Empréstimo	812.414,35	5.393,21	1%
Títulos Descontados	9.022,34	45,12	0%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	143.504,09	0,53%	0%
Depósitos a Prazo	3.185.419,66	5,27%	0,54%

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	1,6%	1,6%
Empréstimos	1,53%	1,53%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,95%	0,95%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,41% do CDI	95,41% do CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,21%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,02%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	483.936,24
Títulos Descontados	18.044,68

e) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(68.284,56)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.171.255,27)
Encargos Sociais	(186.291,55)

26. COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB FLUMINENSE - SICOOB FLUMINENSE, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO RIO DE JANEIRO LTDA - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SERVIDORES responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

27. GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

27.1 RISCO OPERACIONAL

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

27.2 RISCO DE MERCADO E DE LIQUIDEZ

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas

resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;**
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;**
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;**
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;**
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;**
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;**
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.**

27.3 RISCO DE CRÉDITO

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

27.4 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

27.5 RISCO SOCIOAMBIENTAL

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

27.6 GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

28. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimonial	4.166.685,50	2.377.000,00
Valores	2.220.000,00	420.000,00
TOTAL	6.386.685,50	2.797.000,00

29. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN n°. 4.192/2013 compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR), totalizando o valor de R\$ 31.064.763,94, encontra-se compatível com grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2018, com percentual de Índice de Basileia 29,97%.

30. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Com base nas informações dos assessores jurídicos da SICOOB FLUMINENSE, sobre os processos judiciais nos quais a cooperativa figurava como polo passivo, classificados com risco de perda possível, o montante de R\$ 608.242,56, sendo seis processos de natureza cível, no valor de R\$ 92.779,63 e dois processos de natureza tributária em R\$ 515.462,93.

Em conformidade à Resolução CMN n° 3.823/09, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 25, em 31 de dezembro de 2018, não existia processos judiciais nos quais a cooperativa figurava como polo passivo, classificados com perda provável.

10-PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro – Sicoob Fluminense, empossado no 26/06/2017, tendo recebido e analisado os relatórios referentes ao ano de 2018, solicitados à Administração e ao setor de Planejamento e Controle, e considerando os resultados de reuniões realizadas no decorrer do exercício de 2018, e com fulcro no artigo 54 do Estatuto Social, e após os exames dos documentos que compõem o Balanço Anual encerrado em 31/12/2018, bem como as Demonstrações de Sobras e Perdas respectivas e outros relatórios que por sua vez confirmam a boa saúde financeira da Instituição, DECLARA que os mesmos refletem o resultado operacional relativo ao exercício financeiro de 2018, pelo que é de parecer que as contas do exercício em referência devem ser aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

Campos dos Goytacazes - RJ, 12 de Março de 2019
Mônica Franco Pinto – Coordenadora
Otávio Amaral de Carvalho - Secretário
Oberdan de Azevedo Santos - Vogal


Mônica Franco Pinto
Conselho Fiscal
Sicoob Fluminense


Otávio Amaral de Carvalho
Conselho Fiscal
Sicoob Fluminense


Oberdan de Azevedo Santos
Conselho Fiscal
Sicoob Fluminense

11-RELATÓRIO DA AUDITORIA EXTERNA



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro – Sicoob Fluminense Campos dos Goytacazes/RJ

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro – Sicoob Fluminense, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro – Sicoob Fluminense em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do

Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes

quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas

divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os

eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

